

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

VINÍCIUS TENÓRIO MORAES DA SILVA

**O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DO PARADESPORTO ESCOLAR
NO BRASIL: UM RECORTE TEMPORAL A PARTIR DA PRIMEIRA
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS PARALIMPÍADAS EM 1972**

ARAPIRACA-AL

2023

VINÍCIUS TENÓRIO MORAES DA SILVA

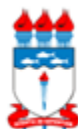
O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DO PARADESPORTO ESCOLAR NO
BRASIL: UM RECORTE TEMPORAL A PARTIR DA PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO
BRASILEIRA NAS PARALIMPÍADAS EM 1972

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Educação Física da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial à obtenção do título de
Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Cleiton Macedo do Carmo

ARAPIRACA-AL

2023



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Biblioteca Setorial Campus Arapiraca - BSCA

S586p	Silva, Vinícius Tenório Moraes da O processo histórico de constituição do paradesporto escolar no Brasil [recurso eletrônico]: um recorte temporal a partir da primeira participação brasileira nas paralympíadas em 1972 / Vinícius Tenório Moares da Silva. – Arapiraca, 2023. 25 f.: il. Orientador: Prof. Dr. Bruno Cleiton Macedo do Carmo. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Alagoas, <i>Campus Arapiraca</i>, Arapiraca, 2023. Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (<i>Campus Arapiraca</i>). Referências: f. 22-25 1. Educação física. 2. Paradesporto. 3. Atividade motora adaptada. 4. Políticas públicas educacionais. I. Carmo, Bruno Cleiton Macedo do. II. Título. CDU 796
-------	--

Bibliotecário responsável: Márcio Thiago dos Santos Albuquerque
CRB - 4 / 2052

Folha de Aprovação

VINÍCIUS TENÓRIO MORAES DA SILVA

O processo histórico de constituição do paradesporto escolar no Brasil: um recorte temporal a partir da primeira participação brasileira nas paralimpíadas em 1972

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à banca examinadora do curso
de Educação Física da Universidade
Federal de Alagoas e aprovada em 13 de
setembro de 2023.



Documento assinado digitalmente
BRUNO CLEITON MACEDO DO CARMO
Data: 23/10/2023 13:30:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Bruno Cleiton Macedo do Carmo
(Universidade Federal de Alagoas)

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
BRUNO BARBOSA GIUDICELLI
Data: 20/10/2023 16:35:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador Interno: Prof. Dr. Bruno Barbosa Giudicelli
(Universidade Federal de Alagoas)



Documento assinado digitalmente
DOUGLAS HENRIQUE BEZERRA SANTOS
Data: 20/10/2023 09:57:58-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador Externo: Prof. Me. Douglas Henrique Bezerra Santos
(Universidade Federal de Alagoas)

AGRADECIMENTOS

Escrever é uma das minhas maiores paixões, e se não fosse assim, talvez não conseguiria transmitir todos os meus agradecimentos para quem fez parte desta caminhada, creio que agradecer é uma virtude do ser humano, então ser grato exala nossa essência em sua mais pura verdade. Sendo assim, inicialmente, gostaria de agradecer aos professores Ailton Prates, Arnaldo Tenório, Bruno Giudicelli, Bruno Macedo, Douglas Henrique, Joelma Albuquerque, Leonardo Luz, Luís Carlos, Petra Schenneider e Vannina Assis, por contribuírem de forma ímpar no meu processo formativo e elevarem o debate acerca da educação física, aqui, no interior de Alagoas, foi uma honra enorme aprender com todos vocês dia após dia.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ao Programa Segundo Tempo Padrão (PST), deixo meu total agradecimento por terem contribuído na minha formação e me proporcionarem vivenciar a tríade que compõe a Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão; saio com a certeza de que estas vivências foram divisoras de águas na minha vida. Ao Laboratório de Cineantropometria, Atividade Física e Promoção da Saúde (LACAPS), agradeço às oportunidades desde o início da graduação e por terem me acolhido nesta grande família que está diariamente em evolução.

Ao meu orientador, Bruno Cleiton Macedo do Carmo, além dos projetos executados, muito obrigado pelas inúmeras vezes em que fez o papel de amigo, pai e irmão neste processo, sem dúvida alguma que foram e serão primordiais no seguimento da minha caminhada. Aos meus amigos, Bráulio, Ywgne, Thaisson e Marília, obrigado por serem presentes e especiais durante esses 4 anos de graduação. Aos meus amigos/irmãos, Adrielly Cavalcante e Luis Fernando, agradecer publicamente a vocês é o mínimo que eu poderia fazer, é imensurável o quanto vocês me fizeram evoluir, me ajudaram e seguraram minha mão durante essa difícil jornada. Eu amo vocês.

Agradeço a todos que somaram de forma intrínseca e extrínseca durante estes longos 4 anos, tios, avós, primos, amigos, muito obrigado. Por fim, à minha família, meu bem mais precioso, minha fortaleza, meu porto seguro, obrigado por todas as vezes que entenderam que eu precisava estudar, obrigado por todas as vezes, mesmo sem saberem, que me apoiaram no que eu acreditava, obrigado por todas as vezes que compraram comigo o meu sonho; sei o quanto foi difícil para mim, morar em outra cidade, conciliar vida pessoal com vida acadêmica, e entre outros tantos fatores, contudo, vocês deixaram tudo mais fácil e leve, melhor e especial, mais prazeroso e sensacional.

Poderia passar o dia falando sobre cada um de vocês mas vou precisar me resumir a algumas linhas desta folha, minha irmã Camilla, que mesmo morando em outro país há quase 2 anos, se fez presente e vibrou junto comigo em cada conquista, que por coincidência do destino ou não, está aqui nessa sala hoje, obrigado por tanto, eu te amo. Minha mãe Tatiana, obrigado por tudo que sempre fez por mim, todos os ensinamentos, os aprendizados e sobretudo, toda dedicação por mim, sei que tudo isso será recompensado lá na frente, sempre falamos que temos personalidades iguais e que privilégio tenho eu, de ter um pouquinho só dessa garra e coragem, eu te amo. Meu pai Erivaldo, obrigado por me ter feito amar todo esse mundo que a educação física engloba, se hoje estou aqui, é por causa dos rchas que me levava quando pequeno para assistir e jogar, é por causa das vezes que vibrou junto comigo nas minhas conquistas esportivas, é por causa do seu amor mais puro e humano, que cresci vendo, em transformar as pessoas através do esporte, mas não só isso, obrigado por tudo aquilo que fez por mim durante a vida e ao longo destes 4 anos, você é e sempre será meu espelho, eu te amo. Saibam que quando faltam forças para seguir e entregar tudo que tenho, lembro de vocês, tudo isso aqui também é por vocês. Amo vocês incondicionalmente.

RESUMO

O esporte praticado por pessoas com deficiência no Brasil vem ganhando notoriedade. Contudo, é necessário investir no paradesporto escolar através de políticas públicas, preferencialmente, nas instituições de ensino; seja vinculado à aula de educação física ou a projetos de esporte e atividade física escolar. O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento histórico das políticas de incentivo ao paradesporto escolar. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo histórico/documental. Os dados de interesse da pesquisa foram coletados nos sites oficiais do governo federal, no Diário Oficial da União e através de indicativos da literatura científica da área, tendo como foco a extração de informações sobre as políticas públicas de incentivo ao paradesporto e ao paradesporto escolar entre os anos de 1972, ano da primeira participação do Brasil nas Paralimpíadas, até 2023. Os resultados demonstram que nos últimos 20 anos, o Brasil apresentou avanços relacionados a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito esportivo, sobretudo, na criação de documentos que asseguram melhores e mais possibilidades de fomento ao paradesporto. Porém, tudo leva a crer que as políticas públicas ainda não conseguiram efetivar o acesso dos alunos com deficiência à prática esportiva nas instituições de ensino.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; paradesporto; inclusão escolar; atividade motora adaptada.

ABSTRACT

The sport practiced by people with disabilities in Brazil has been gaining notoriety. However, it is necessary to invest in grassroots sport through public policies, preferably in educational institutions; is linked to the physical education class or to sports and school physical activity projects. The aim of this study out a historical survey of policies to encourage school parasport. This is qualitative historical/documentary research. The data of interest of the research were collected on the official websites of the federal government, in the Official Gazette and through indications of the scientific literature of the area, focusing on the extraction of information on public policies to encourage parasport and school parasport between the years 1972, the year of Brazil's first participation in the Paralympics, until 2023. In the last 20 years, Brazil has presented advances related to the inclusion of people with disabilities in the sports field, especially in the creation of documents that ensure better and more possibilities to promote parasport. However, public policies have not yet been able to make effective the access of students with disabilities to sports practice in educational institutions.

Keywords: educational public policies; parasport; school inclusion; adapted motor activity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA	11
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

A garantia do direito das pessoas com deficiência é um tema debatido e discutido há muito tempo em toda a sociedade, mas, apesar das conquistas dos últimos anos, ainda se percebe uma situação de exclusão em relação aos direitos básicos desses cidadãos em todo o mundo (AZEVEDO, 2021). Com isso, a pessoa com deficiência ainda tem subjugada por grande parte da população sem deficiência sua capacidade de desenvolvimento, sobretudo fisicamente e, em consequência, ainda se pode constatar que elas são bastante excluídas das aulas de educação física ou de práticas esportivas incluindo as realizadas no ambiente escolar (ROSA ROMERO; CARMONA, 2017).

Apesar das barreiras impostas, os registros de prática esportiva por pessoas com deficiência no Brasil datam do final da década de 1950, quando os brasileiros Robson Sampaio e Sérgio Del Grande fizeram tratamento de reabilitação nos Estados Unidos, onde conheceram alguns esportes adaptados e tempos depois fundaram, no Brasil, instituições para a prática de esporte para pessoas com deficiência (COSTA; SOUSA, 2004).

Já em meados de 1967, algumas ações de fomento às práticas do paradesporto foram promovidas na América. Em 1972, pela primeira vez, uma equipe brasileira participou de uma edição dos jogos paralímpicos de verão. Foi em Heidelberg, na Alemanha, com uma equipe de dez atletas, que, a princípio, foi participar da competição de basquetebol em cadeira de rodas. Contudo, como naquela época a participação na competição era mais valorizada que o desempenho esportivo, os mesmos atletas terminaram por competir em outras modalidades quando chegaram ao evento (PARSONS; WINCKLER, 2012).

Em 1984, o Brasil já havia criado a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC) e, também, a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (ABRADECAR). Esse era um indicativo de que no país já havia diversos praticantes de paradesporto e que eles já começavam a se organizar em associações de acordo com as diretrizes internacionais (ARAÚJO, 2011). Diante desse movimento internacional e das dificuldades encontradas no país para organização das delegações, gestão e difusão do esporte paralímpico, em 5 de fevereiro de 1995 foi fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB, 2020).

Atualmente, o Brasil se consolidou entre as grandes potências do esporte paralímpico no mundo, aumentando, cada vez mais, o número de atletas participantes nos campeonatos nacionais e internacionais. Nas paralimpíadas, o Brasil saltou de 20 atletas que participaram dos jogos em 1972 na Alemanha, para 259 em Tóquio-2020, um crescimento de mais de 1.000%, além de frequentemente somar conquistas de títulos e medalhas, não sendo diferente

na maior competição esportiva do mundo para pessoas com deficiência, os jogos paralímpicos, que em quantidade de medalhas de ouro, a principal participação do Brasil aconteceu nos jogos de Tóquio-2020, quando foram conquistados 72 pódios no total, sendo 22 ouros, 20 pratas e 30 bronzes (CPB, 2020).

Em vista disso, para que o esporte praticado por pessoas com deficiência cresça ainda mais no país, uma das possibilidades, seria investir no esporte de base, que a priori deve ser inicializado nas escolas sem fins de desempenho, geralmente vinculados às aulas de educação física ou a projetos de esporte e atividade física escolar. Carmo *et al.*, (2019) demonstram que o número de alunos matriculados na educação especial que frequentavam o ensino regular em classes comuns saltou de 81.695 no ano 2000 para 1.014.611 em 2018, um crescimento de aproximadamente 1.142%, apenas nas primeiras décadas do século XXI. Com esse aumento no quantitativo de alunos com deficiência matriculados nas instituições de ensino, políticas públicas de fomento ao esporte escolar voltadas para este público passaram a ser bastante demandas, principalmente quando o sistema educacional passou a adotar a perspectiva da inclusão no ensino regular (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015).

Sabe-se que o esporte é um dos principais meios para a inclusão social e participação efetiva em diversos espaços e ambientes institucionais, além de poder proporcionar muitos benefícios relacionados a saúde e bem-estar, e isso não difere em relação ao paradesporto escolar, tendo em vista que a escola tem que contribuir para que estudantes vivenciem a prática esportiva, colaborando como ferramenta na formação do indivíduo e despertando nos estudantes o interesse pela prática de atividades esportivas competitivas (SANTOS *et al.*, 2020).

De maneira ampla, Segundo Costa e Winckler (2012), o esporte paralímpico ou o paradesporto, está condicionado a um ambiente mais restrito, que envolve apenas as modalidades oficiais incluídas nos Jogos Paralímpicos, sendo acessível somente àqueles que são elegíveis de acordo com as regras de classificação funcional. Enquanto o esporte adaptado possui um universo mais abrangente que engloba várias atividades esportivas adaptadas para pessoas com algum tipo de deficiência, desde que sejam realizadas as adequações e transformações necessárias (COSTA; WINCKLER, 2012).

Na perspectiva do paradesporto escolar como meio até o alto rendimento, as paralimpíadas escolares é um dos exemplos que demonstram que o investimento em políticas escolares específicas também é importante para a formação de paratletas de alto rendimento no país. Ela é considerada a maior competição em nível escolar nacional e reconhecida como um celeiro de novos talentos, podendo destacar nomes importantes do esporte paralímpico de mais alto nível, mais especificamente do atletismo, como Alan Fonteles, Lorena Spoladore e

Verônica Hipólito, que iniciaram dessa forma (CARDOSO, 2016; CPB, 2015; PORTAL BRASIL, 2016).

Além disso, Cardoso (2016) complementa afirmando que a profissionalização conquistada por atletas como esses inspira e estimula a formação de futuros campeões. Uma nova geração que se espelha em seus exemplos e está ansiosa para fazer parte dessa parcela de atletas paralímpicos que chegaram ao alto rendimento. Tendo como base estas perspectivas e correlacionando-as com o expressivo número de alunos com deficiência que ingressaram na rede regular de ensino nos últimos anos, acredita-se que uma melhor compreensão das políticas de fomento do paradesporto escolar ajude a diminuir barreiras e contribua no processo de inclusão educacional e esportivo de alunos com deficiência no Brasil.

Diante de todo o contexto exposto, o estudo teve como objetivo realizar um levantamento histórico das políticas de incentivo ao paradesporto escolar a partir de 1972, ano da primeira participação do Brasil nas paralimpíadas, até o ano de 2023, buscando analisar ao longo dos anos os acontecimentos históricos e políticas públicas fomentadas e implementadas para o incentivo da prática do paradesporto e do paradesporto escolar no Brasil.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) entre os anos de 2021 e 2022, sendo financiado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa histórico/documental, a qual consiste em um procedimento metodológico, que necessita ser prezado, valorizado e apreciado, visto que proporciona compreensão dos fenômenos em um contexto histórico e sociocultural. A investigação de documentos permite a identificação de fatos por meio dos mais diferentes tipos de escrituras, utilizando-se de técnicas validadas e apropriadas, como também métodos ordenados com o intuito de extrair informações de documentos originais que até então não foram analisados em relação ao objeto proposto (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Assim, foram realizadas buscas nos sites oficiais do Ministério da Educação, do Ministério da Cidadania, na pasta da Secretaria Especial do Esporte, no Diário Oficial da União, e através de indicativos da literatura, buscando documentos publicados entre os anos de 1972, ano da primeira participação do Brasil nas Paralimpíadas, até junho de 2023, que de alguma maneira, tratasse do paradesporto escolar.

Para mais, os documentos encontrados na literatura e nos sítios oficiais da área foram organizados em ordem cronológica de publicação e ocorrência dos fatos históricos. Todos os recortes de interesse do estudo foram transcritos para uma planilha própria para serem posteriormente analisados. Assim, visto a importância de se compreender a historicidade das políticas públicas destinadas ao paradesporto escolar, a análise de dados da presente pesquisa buscou nos documentos elementos, ações e agentes que contribuíram e contribuem nos processos de desenvolvimento e execução do esporte praticado por alunos com deficiência nas escolas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 11 documentos no formato de lei ou decreto que discutiam sobre o paradesporto ou o paradesporto escolar entre os anos de 1972 e 2023. Tais documentos foram selecionados a partir da sua relevância e potencial contribuição para o avanço do paradesporto escolar brasileiro.

As decisões de políticas que são gerenciadas pelos governantes, e/ou demais agentes pertencentes ao campo da política, impactam diretamente ou indiretamente sobre a vida de todos, de modo que de acordo com a política pública em si, o impacto é maior e mais considerável para uns e menor e de pouca relevância para outros, podendo apresentar ainda aspectos positivos ou menos negativos aos atingidos por ela.

Buscar a compreensão do que de fato se configura como política pública, bem como a percepção do processo que as levam a atingir a realidade social, além do conhecimento das especificidades do campo da política, com as possíveis aproximações do referencial teórico ao campo esportivo, ou ainda mais especificamente ao paradesporto, permite entender a forma de agir estabelecida pelo campo político-esportivo do esporte praticado por pessoas com deficiência, tornando mais evidente o porquê de certas escolhas de políticas públicas de cunho esportivo e conseqüentemente o que acontece e o que se pensa quando se trata do paradesporto.

Ao considerar os marcos históricos analisados, as políticas públicas adotadas e o desenvolvimento do paradesporto escolar no Brasil a partir de 1972, observou-se que ainda nas décadas de 1970 e 1980 foram criadas algumas associações, como a dos Deficientes Motores de Pernambuco no ano de 1973 e a do Clube Esportivo Sobre Rodas em 1979, além disso, no primeiro ano da década de 1980, houve a criação da Federação Internacional de Esportes para Cegos e no ano de 1989 a criação do Comitê Paralímpico Internacional (SILVA, 2017). No entanto, mesmo visando a inclusão de pessoas com deficiência no esporte, nenhuma dessas associações privadas foram criadas especificamente para o âmbito escolar, o que constata a escassez de associações públicas e de políticas públicas voltadas ao paradesporto escolar à época.

Para entender este período de pouco desenvolvimento do paradesporto escolar no Brasil, é necessário a compreensão dos momentos históricos e situações de mudanças que a educação física escolar passou ao longo dos anos. As práticas pedagógicas na educação física entre as décadas de 1960 e 1980 seguiam, primeiramente, uma linha voltada ao aumento do desempenho físico, da saúde, dos hábitos de higiene e da valorização da moral por meio dos exercícios, pois

alinham-se, e ao mesmo tempo alimentavam, os ideais do que ficou conhecido como higienismo (RANGEL; DARIDO, 2010).

Além disso, o esporte passou a ser utilizado também como elemento de distração à realidade política da época e o corpo da pessoa com deficiência era visto como patologizado. Com um foco totalmente direcionado aos esportes, a abordagem esportivista surgiu após o golpe de estado realizado pelas forças armadas, em 1964, quando as grandes competições esportivas internacionais, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, inclusive com o Brasil sagrando-se tricampeão na copa do mundo do México, em 1970, passam a ser utilizadas como propaganda do regime ditatorial. Dessa forma, os militares começam a incentivar a prática dos esportes, para que o Brasil se torne uma potência Olímpica, consequentemente, desviando a atenção da população das mazelas do país (SANTOS *et al.*, 2020).

Segundo Ferreira (2013), na época, a educação física passou a ter predominância esportiva, e acontecia uma exclusão generalizada daqueles que não possuem habilidades, a relação professor-aluno passa a ser técnico-atleta. As características citadas acima, ainda hoje refletem em algumas escolas, o desejo de praticar o esporte de rendimento, de competir, vencer, de tornar-se o melhor, está enraizado na mente de alguns gestores, professores e alunos (SANTOS *et al.*, 2020).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) definia a pessoa com deficiência como qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (RIBAS, 2003). Com isso, por conta da discussão rasa da época, a pessoa com deficiência era vista como inapta e tinha seu acesso negado às aulas de educação física.

Com as amplas discussões entre o fim da ditadura e o início da redemocratização, em meados dos anos 1980, a educação física passou por avanços relacionados à prática pedagógica, o que acarretou em um maior aprofundamento nas indagações da área. Com base nas buscas realizadas e nos documentos analisados, até a primeira metade dos anos 1990 foram encontradas poucas iniciativas do Estado na promoção ou incentivo de políticas que pudessem facilitar o acesso da população com deficiência às práticas desportivas.

Durante a redemocratização, em meados da década de 1990, surgiu na educação física escolar diversas concepções, modelos, tendências e abordagens denominada de críticas que tentaram romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional que outrora foi embutido aos esportes, possibilitando uma visão mais inclusiva para os alunos com deficiência nas aulas de educação física. Para ter dimensão da propulsão teórica que ocorreu no campo da educação

física escolar, Lima (2005), ao cruzar os dados de trabalhos desenvolvidos por Castellani Filho (1998), Souza Jr. (1999) e Darido (2003), pôde identificar ao menos dezenove abordagens pedagógicas que compõem o rol de concepções de ensino que surgiram logo após as três primeiras décadas da chamada virada crítica da educação física brasileira.

Em meio a isso, ocorria paralelamente um movimento mundial que reivindicava a inclusão das pessoas com deficiência em todos os espaços. A inclusão escolar figurou como tema de conferências internacionais, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994, com a cooperação da UNESCO (MAZZOTTA, 2011). Nessa última, 92 governos e 25 organizações internacionais aprovaram Declaração tendo como princípio fundamental o dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (BRASIL, 1997).

Posto isso, tendo como princípios norteadores alguns documentos internacionais como a Carta Internacional de Educação Física e do Esporte da UNESCO, publicada em 1978, e no âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 que assegurava, mas não garantiu o direito às práticas desportivas para todos, a partir da segunda metade da década de 1990, inicia-se o processo de desenvolvimento de atos normativos sobre o paradesporto escolar como pode ser visualizado no quadro 1.

Quadro 1 - Principais marcos históricos e atos normativos acerca do paradesporto e do paradesporto escolar no Brasil entre os anos de 1972 e 2023.

Ano	Marcos históricos e Atos normativos	Descrição
1972	Primeira participação do Brasil nos jogos paralímpicos	Na Alemanha, o Brasil teve sua primeira participação nos Jogos Paralímpicos.
1996	Lei de Diretrizes e Bases	A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola e aos projetos e programas de desporto educacional dos sistemas de ensino, passa a ser componente curricular obrigatório da educação básica, exceto em alguns casos excepcionais.
1996	Plano Plurianual da Educação	Promoção de iniciativas que permitiam a integração da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência em práticas desportivas e a implantação de política de esporte privilegiando seu caráter educativo, tanto na escola, como fora dela.

1999	Decreto Nº 3.298 - (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência)	Busca promover a inclusão de atividades paradesportivas na prática da educação física ministrada nas instituições de ensino públicas.
2001	Lei nº 10.264 (Lei Agnelo/Piva)	Proporciona a captação de recursos destinados ao desenvolvimento do paradesporto brasileiro.
2004	Lei Nº 10.891 – Bolsa Atleta	Categoria de fomento ao esporte e de aporte financeiro ao estudante atleta, destinada aos estudantes que participem dos Jogos Escolares e Universitários brasileiros.
2006	Lei nº 11.438 - (Lei de Incentivo ao Esporte)	Viabiliza que valores oriundos de renúncia sejam destinados a projetos destinados a projetos desportivos e paradesportivos do país, por meio da dedução no imposto de renda de proponentes, na forma de doação ou patrocínio.
2009	Projeto Paralimpíadas Escolares	Promoção do esporte de rendimento através de sua conexão ao Bolsa Atleta.
2013	Lei Nº 12.852 - (Estatuto da Juventude)	Visa a garantia e a valorização do desporto e paradesporto educacional.
2014	Lei Nº 13.005 - (Plano Nacional de Educação)	Otimiza o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades esportivas.
2015	Lei Nº 13.146 - (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Assegura a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas e esportivas no sistema escolar.
2023	Lei Nº 14.597 - (Lei Geral do Esporte)	Promove a aprendizagem esportiva para todos, para dar acesso ao esporte àqueles que nunca o praticaram, inclusive às pessoas com deficiência e em processo de reabilitação física.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse contexto em que novos debates foram sendo construídos e novas políticas mais abrangentes e inclusivas foram sendo discutidas, surgem atores sociais que propõem mudanças políticas no Brasil, influenciados pelo processo de globalização, que passou a impulsionar o discurso acerca da inclusão no mundo. Os resultados demonstram que surge de maneira mais textual na história do Brasil uma política pública que abordou a inclusão e promoção de iniciativas que permitiam a inclusão da criança, do adolescente e da pessoa com deficiência em práticas desportivas, que foi o Plano Plurianual de 1996, que visava também a implantação da

política de esporte que privilegiaria seu caráter educativo, tanto na escola como fora dela (BRASIL, 1996).

Ainda em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que teve o intuito de nortear o planejamento educacional do país. A partir dela, a educação física integrada à proposta pedagógica da escola, aos projetos e aos programas de desporto educacional dos sistemas de ensino passa a ser regulamentada e torna-se componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno com deficiência (BRASIL, 1996).

A Lei Nº 10.328/2001 fez um ajuste na LDB tornando a educação física um componente curricular obrigatório que se ajusta às faixas etárias e às condições dos alunos da escola. Nesta mudança, dita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, retirou-se o texto que indicava a educação física como sendo sua prática optativa ao aluno, que contemplava os seguintes alunos: I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO) e VI – que tenha prole (BRASIL, 1996).

Ainda na década de 1990, com o contexto da inclusão ganhando força, foi criado o Decreto nº 3.298/1999, comumente conhecido como a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que tratava de promover a inclusão de crianças com deficiência em práticas desportivas nas aulas práticas de educação física ministradas em instituições das redes públicas e privadas de ensino, como pode ser observado abaixo:

Art. 46 - VI - promover a inclusão de atividades desportivas para pessoa portadora de deficiência na prática da educação física ministrada nas instituições de ensino públicas e privadas (BRASIL, 1999, art. 46).

Por meio desta política, a probabilidade de acesso à participação das crianças com deficiência nas aulas de educação física tornou-se maior, disciplina esta que há pouco tinha sido integrada à escola como componente curricular da educação básica, fato que pode ter influenciado também na possibilidade de novas visões e perspectivas acerca da educação física escolar voltada aos alunos com deficiência.

Para Aguiar (2005), a educação física é caracterizada como um dos componentes curriculares da educação básica e não pode ficar indiferente ou neutra face ao movimento da educação inclusiva. Como faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, essa disciplina deve-se constituir num dos adjuvantes do processo da inclusão escolar e social. Pensando nisso, diversos benefícios passam a surgir para o aluno com deficiência incluído nas

aulas de educação física, em que o significado do trabalho em grupo está em valorizar a interação aluno-aluno e professor-aluno como fonte de desenvolvimento social, pessoal e intelectual; e frisam que situações de grupo exigem dos alunos a consideração das diferenças individuais e de respeito aos outros, num exercício de ética e cidadania (AGUIAR, 2005).

Assim, no final dos anos 1990 é observado que houve uma evolução no paradigma da inclusão e no início dos anos 2000 aconteceu um surgimento de políticas públicas voltadas especificamente ao paradesporto escolar, tornando-se notório que as políticas públicas acerca do paradesporto escolar para as crianças e os jovens com deficiência foram criadas com a finalidade de incluí-los na cultura do esporte na tentativa de os ingressar em mais uma área da sociedade.

Para Sandes, Pinto e Silva (2015), a importância do desenvolvimento do esporte dentro da escola é um fator de influência para incluir o aluno com ou sem deficiência em atividades físicas em seu contexto social. Considerando esta perspectiva e correlacionando-a com o expressivo número de alunos com deficiência que ingressaram na rede regular de ensino nos últimos anos, acredita-se que uma melhor efetivação das políticas de fomento do paradesporto escolar ajude a diminuir barreiras e contribua no processo de inclusão educacional de alunos com deficiência.

Nesse cenário, vale salientar também que a questão da acessibilidade no âmbito da educação inclusiva ainda necessita de preocupação, pois mesmo com o aumento das matrículas ao longo dos últimos anos, a maior parte das escolas não possui uma estrutura adequada para possibilitar a livre locomoção dos alunos com deficiência.

A escola era um lugar para quem pudesse aprender sem dificuldades, que não possuía deficiências. Essa estrutura de escola é que existe ainda hoje em muitos lugares, e que se pretende transformar numa escola para todos. Uma escola que foi construída para alunos que não apresentavam problemas de locomoção ou de localização, com escadas, muros e muitas barreiras físicas que tornam difícil, hoje, o acesso das pessoas em situação de desvantagem (FIEGENBAUM, 2009, p. 21).

Dito isso, após alguns anos sem políticas públicas voltadas ao paradesporto, surge em 2004 o Bolsa Atleta, que foi sancionado através da Lei N° 10.891/2004, para dar incentivo àqueles que participavam dos esportes de alto rendimento nas olimpíadas e nas paralimpíadas, sendo a primeira de várias outras políticas destinadas às pessoas com deficiência no âmbito esportivo e escolar (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, Reis (2016) apontou as principais ações político-esportivas vigentes na época, não exclusivas ao esporte paralímpico, mas que de alguma forma buscam contribuir para o avanço e a concretização da prática paradesportiva no Brasil, são elas: a Lei N° 10.264/2001,

popularmente chamada de Lei Agnello/Piva; a Lei do Bolsa atleta, decorrente da Lei Nº 10.891/2004, com alterações da Lei Nº 11.096/2005; e a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, Lei Nº 11.438/2006.

No fim da primeira década do século XXI foram implementadas eficientes políticas voltadas ao paradesporto escolar já vistas no Brasil até os dias atuais, trata-se da criação do Projeto Paralimpíadas Escolares através do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) que teve a intenção inicial de incentivar e proporcionar mais ainda a inclusão da população escolar com deficiência agora em competições a nível estadual, regional e nacional (BRASIL, 2009). Também, foram criados dois projetos atrelados a paralimpíadas escolares: o Projeto Escolar Paralímpico e o Projeto Clube Escolar Paraolímpico voltados ao incentivo e valorização de crianças e adolescentes como atletas, incentivando a formação esportiva dos mesmos (BRASIL, 2010).

Foi dessa forma que as paralimpíadas escolares ganharam força, referenciando assim como uma política pública importante em forma de competição esportiva anual, para crianças e jovens estudantes com deficiência no Brasil. Entre os anos de 2009 a 2020, as modalidades presentes nas paralimpíadas escolares foram atletismo, natação, tênis de mesa, bocha, judô, futebol de cinco, futebol de sete, goallball, tênis em cadeira de rodas, voleibol sentado e basquete em cadeira de rodas 3x3, somando-se 11 modalidades e algumas dessas não estavam presentes em todos os anos.

Avanços relacionados às políticas voltadas ao paradesporto escolar também foram identificados a partir da sanção da lei do Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852/2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, visando o respeito à identidade individual e coletiva da juventude, como também a valorização do desporto e paradesporto educacional (BRASIL, 2013). Junto a isso, em 2014, o Plano Nacional de Educação – PNE surge tendo como meta adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos com e sem deficiência na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais (BRASIL, 2014).

No ano seguinte ao PNE, foi implementada no Brasil a Lei Nº 13.146/2015 que assegurava a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas e esportivas, como pode ser observado abaixo:

Art. 43 - III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 43).

Após as olimpíadas de 2016, o cenário político mudou e houve uma contenção dos recursos ao esporte e à educação, além da extinção da secretaria de esportes da pasta de secretarias do governo federal, o que possivelmente culminou em um retrocesso ao paradesporto escolar brasileiro pela falta de representatividade e disputa perante a outras propostas. Porém, mesmo diante deste contexto, por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um avanço significativo é encontrado, surge o Decreto Nº 10.177/2019, que expressa em seu Art. 2º. II - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, desporto, e outras políticas relativas à pessoa com deficiência.

[...] paradesporto é uma das formas mais relevantes de reinserção da pessoa com deficiência no mundo contemporâneo. Sua importância pode ser medida pela crescente evolução dos esportes paralímpicos e, em nosso País, pela posição de destaque que nossos para-atletas[sic] alcançaram nos últimos Jogos Paralímpicos. Nosso País se firmou entre as dez nações mais fortes no paradesporto mundial. Por esta proposta, aumentamos o percentual de verbas destinadas ao Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB de 15% a 25%, com redução dos recursos do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, pela dificuldade de obtenção de patrocínio, doação e incentivos dos esportes paraolímpicos frente aos olímpicos (BRASIL, 2019).

Após este cenário de contenção de gastos por alguns anos, em 2023 foi sancionada a mais recente lei que, de alguma forma, incentiva a prática de esporte por pessoa com deficiência, é a Lei Nº 14.597 (Lei Geral do Esporte), que assegura diversos direitos à pessoa com deficiência no âmbito esportivo.,

Art. 7º O esporte para toda a vida consolida a aquisição de hábitos saudáveis ao longo da vida, a partir da aprendizagem esportiva, do lazer, da atividade física e do esporte competitivo para jovens e adultos, e envolve os seguintes serviços:

I - aprendizagem esportiva para todos, para dar acesso ao esporte àqueles que nunca o praticaram, inclusive às pessoas com deficiência e em processo de reabilitação física; [...]

V - esporte social, como meio de inclusão de pessoas em vulnerabilidade social, com deficiência, em regime prisional, idosas e em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, entre outros segmentos de demanda de atenção social especial;

VI - esporte como meio de reabilitação, habilitação e saúde, para proporcionar à pessoa a continuidade, a manutenção e a estimulação corporal para o seu bem-estar físico, psíquico e social, com atenção primária aos idosos e às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2023, art. 7)

A escassez de políticas públicas que fomentem o paradesporto nas instituições de ensino se configura como uma realidade histórica no país, mesmo com um avanço significativo no decorrer do século XXI. Mesmo existindo algumas poucas políticas públicas, as que foram expostas no presente estudo tratam o assunto de maneira superficial e/ou sem levar em consideração as especificidades da prática de esportes por pessoas com deficiência nas escolas. Para que as pessoas com deficiência estejam inseridas nas práticas desportivas, é necessário

investir no paradesporto escolar por meio das aulas de educação física, afim de incluir e proporcionar experiências para a população com deficiência. Assim é necessário se dedicar não apenas ao esporte de rendimento, mas também às práticas desportivas escolares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, os resultados deste trabalho, coletados, analisados e apresentados a partir de um recorte histórico intencional, do ano de 1972 até o ano de 2023, apontam um avanço relacionado a discussão e implementação de leis, decretos e outras políticas públicas voltadas ao paradesporto escolar no Brasil, sobretudo nos últimos 20 anos.

Ao considerar os caminhos da construção do esporte para pessoa com deficiência neste país, em relação aos avanços referente à política de inclusão deste grupo, os projetos desenvolvidos a partir dos anos 2000 colaboraram no avanço do paradesporto escolar, na visibilidade dos alunos com deficiência e no acesso dos mesmos nas práticas esportivas dentro da escola.

Para futuras pesquisas, sugere-se que seja necessário avaliar a real eficácia das políticas públicas, leis, decretos e projetos implementados no Brasil, que possibilite a verificação de seus efeitos concretos para a população com deficiência. Por fim, é essencial enfatizar que políticas públicas de acesso ao esporte às pessoas com deficiência, devem, em todos os momentos, serem criadas ou atualizadas, e implementadas nos mais diferentes âmbitos, mas é inegável a importância do espaço escolar como ponto de partida para crianças e adolescentes com deficiência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva**: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 02, p. 223-240, 2005.

APPIO, Jucelia *et al.* Pesquisa Histórica como uma possibilidade à pesquisa em Estudos Organizacionais. **CIAIQ 2017**, v. 3, 2017.

ARAUJO, Luiz Alberto David; COSTA FILHO, Waldir Macieira da. O Estatuto da Pessoa com Deficiência-EPCD (Lei 13.146, de 06.07. 2015): algumas novidades. **Revista dos Tribunais**, v. 962, n. 2015, p. 65-80, 2015.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo, SP: Phorte, 2011.

AZEVEDO, Marília Macorin de; ROSSI, Lea; FERNANDES, Senira Annie Ferraz. Trabalho e Educação: instrumentos de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. **Revista eletrônica pesquiseduca**, v. 13, n. 29, p. 136-158, 2021

BACHELARD, G. **O espectro filosófico**: Epistemologia. Rio de Janeiro: Zahar. [GS Search], 1977.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas Escolares (2006-2018): Evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. **Recordes**: Revista de História do Esporte, v. 12, n. 1, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Lei do Bolsa Atleta**. Brasília: Presidência da República, 2004. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14614.htm#:~:text=L14614&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2014.597,Art. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação: PNE**. Brasília: MEC, 2014. BRASIL. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. **Plano Plurianual da Educação Brasileira**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto Paralimpíadas Escolares**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 22 out. 2022.

CARDOSO, V. D. **O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil**. 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARMO, Bruno Cleiton Macedo do *et al.* Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-28, 2019.

CASTELLANI FILHO, L. **A educação física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas**. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Jogos Paralímpicos em números: quantas medalhas o Brasil já conquistou na história?** Brasília, CPB, 25 ago. 2020. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2022.

COSTA, A. M.; WINCKLER, C. A Educação Física e o esporte paralímpico. In: MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Editores). **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro. **Paralímpiadas escolares**. CPB, 2015. Disponível em: <http://cpb.org.br.187.38-89-161.groveurl.com/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 25 out. 2022.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: editora guanabara koogan. 2023.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, Heraldo Simões; SAMPAIO, José Jackson Coelho. Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde. **EFdeportes**. Buenos Aires, ano18, n. 182, jul., 2013.

FIEGENBAUM, J. **Acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível**. Porto Alegre: UFRS, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indic+adoressociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio>. Acesso em: 13 out. 2022.

LIMA, M. C. **Concepções pedagógicas para a educação física escolar: a relação entre a produção acadêmica e as políticas públicas para a área**. 2005. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Curitiba, Curitiba, 2005.

MACHADO, Eduardo Duarte *et al.* Inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência física por meio da dança. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.

PARSONS, Andrew; WINCKLER, Ciro. Esporte e a pessoa com deficiência: contexto histórico. In: MELLO, M.T. WINCKLER, C. (org.). **Esporte Paralímpico Atheneu**: Rio de Janeiro, 2012.

PORTAL BRASIL. **Centro de Treinamento Paralímpico inicia suas operações**. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/esporte/2016/05/centro-detreinamento-paralimpico-inicia-suas-operacoes>. Acesso em: 25 out. 2022.

RANGEL, Irene Conceição de Andrade; DARIDO, Suraya C. **Educação Física na infância**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2010.

RECHINELI, Andréa; PORTO, Eline Tereza Rozante; MOREIRA, Wagner Wey. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física. **Revista brasileira de educação especial**, v. 14, p. 293-310, 2008.

REIS, Rafael Estevam *et al.* As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, p. 58-69, 2017.

REIS, Rafael Estevam. Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 19, n. 2, p. 428-428, 2016.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROSA ROMERO, Cláudia; CARMONA, Eduardo Klein. Educação Física Inclusiva e Paradesporto: semelhanças e diferenças. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 29-42, 2017.

SANDES, Dhennifer Binow; PINTO, Francionilho Pereira; SILVA, Murilo Delabela da. A prática do Handebol no Processo de desenvolvimento do educando no contexto Educacional e social. **Universo Pedagógico**, Nova Venécia, v. 7, p.1-107, jul. 2015.

SANTOS, Eraldo Sandi *et al.* A trajetória das paralimpíadas escolares no estado de minas gerais de 2009 a 2017. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 12, n. 2, p. 2, 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Amanda Yasmin Barbosa; SANTANA, Walisson Barbosa; SILVA MAIA, Francisco Eraldo. Reflexões acerca do processo de inserção do esporte nas aulas de Educação Física. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2020.

SILVA, Cláudio Silvério da. **O desporto paralímpico brasileiro, a educação física e profissão**. [S. l.: s. n.], 2019.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro**. [S. l.: s. n.], 2017.

SOARES, Everton Rocha. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. **Lecturas: Educación física y deportes**, n. 169, p. 3-5, 2012.

SOUZA JUNIOR, M. B. M. **A educação física como componente curricular? isso é história: uma reflexão acerca do saber e do fazer**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Pernambuco, Recife, 1999.